

# PMDB se reagrupa para enfrentar os conservadores

Foto de Jamil Bittar

BRASÍLIA — A formação de uma ampla frente democrática, abrangendo os setores progressistas — e podendo eventualmente estender-se até os moderados —, está começando a ser articulada por uma ala do PMDB, aliada a alguns partidos de esquerda, para fazer frente ao bloco conservador na Constituinte.

Representantes dos diversos partidos ainda não conversaram entre si para analisar com profundidade a questão, mas demonstram uma disposição geral nesse sentido. O Partido dos Trabalhadores, por exemplo, preliminarmente arredio a conversações e alianças abrangentes, está manifestando sua intenção de tomar a iniciativa de formação do bloco.

— Existe um espírito de integração — disse ontem o Primeiro-Vice-Líder do PT na Constituinte, Deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP).

— Não há exclusão antecipada. Se, por exemplo, o Delfim (Deputado Delfim Neto, PDS—SP) quiser unir-se a nós contra a pena de morte, ótimo — concluiu o Líder do PT, Luís Ignácio Lula da Silva.

O eixo principal das discussões passaria pela construção do Estado Democrático de Direito, segundo o entendimento da maioria dos parlamentares dispostos a integrar a frente. Não teria, contudo, um caráter permanente. A tendência é de que haja um núcleo homogêneo, que atuará em bloco, e uma massa flutuante que penderá, ora para a direita, ora para a esquerda.

— Corremos até o risco de vermos o Senador Virgílio Távora atuar do nosso lado — ponderou o Senador Severo Gomes (PMDB-SP).

Távora, do PDS cearense, conser-



Lula aceita até aliança com Delfim

vador, foi um dos autores da emenda que estabeleceu o monopólio estatal do petróleo e Relator do projeto de lei garantindo a reserva de mercado para a informática. Ele certamente integrará um bloco nacionalista sobre um assunto específico, embora avise que não é "nacionalistóide".

As alianças serão feitas de forma pontual, ou seja, a partir de temas comuns aos setores progressistas. Essa concepção tornaria possível a atuação em bloco quanto a temas relativos ao direito trabalhista, ao monopólio estatal dos recursos minerais, saúde, educação, moradia, distribuição de renda e poder, por exemplo. Mas seria impraticável no que tange a matérias como a reforma agrária.